



Nota n.º 0004/2026

Associação Nacional de Sargentos solidária com os protestos dos profissionais da PSP e da GNR

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) manifesta a sua incondicional solidariedade para com os profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, bem como para com as suas estruturas representativas, Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR), que promovem as acções de protesto em curso.

Os Sargentos de Portugal reconhecem nas preocupações expressas por estes profissionais muitas das dificuldades que também atingem a Condição Militar e que dizem respeito à valorização profissional, às carreiras, à remuneração e, de forma particularmente preocupante, à protecção social e ao futuro após a passagem à reforma.

A projecção de valores de pensão paupérrimos para profissionais que dedicam toda uma carreira ao serviço do povo português constitui uma preocupação que não pode ser ignorada e representa, no limite, um acto de profunda ingratidão para com quem, durante décadas, colocou o serviço ao País acima de interesses pessoais e familiares.

Também a ANS tem procurado, há muito, chamar a atenção para a necessidade de uma valorização efectiva das carreiras e das remunerações e para o respeito integral pela Condição Militar, nos deveres e nos direitos, e é por isso que os Sargentos de Portugal compreendem esta preocupação: é-lhes igualmente próxima!

A ANS reconhece a legitimidade das preocupações que estão na origem dos protestos agendados. A valorização de quem serve não pode ser reduzida a medidas pontuais ou a respostas de circunstância que resultam em promessas que se arrastam no tempo! A dignificação das carreiras deve traduzir-se em condições remuneratórias justas, em reais perspectivas de progressão e, sobretudo, na confiança de que os anos de serviço prestados serão respeitados quando chegar o momento da aposentação.

É importante que estas matérias sejam encaradas com a seriedade que merecem, através de respostas concretas e de processos de diálogo e de negociação efectivos e vinculativos que permitam encontrar soluções justas e duradouras.

4 de Outubro de 2026

A Direcção